

SANEAMENTO BÁSICO Proposta visa universalização do saneamento e fornecimento de água potável até o fim de 2033

SENADO APROVA NOVO MARCO LEGAL

Waldemir Barreto/ Agência Senado

REDAÇÃO E AGÊNCIAS

Foi aprovado ontem pelo Senado o projeto que institui o novo marco legal do saneamento básico e facilita a ampliação da participação privada no setor. O texto, aprovado por 65 votos a 13, segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro. A proposta tem como objetivos a universalização do saneamento (prevendo coleta de esgoto para 90% da população) e o fornecimento de água potável para 99% da população até o fim de 2033.

O novo marco legal do saneamento vem sendo discutido no Congresso Nacional desde 2018. Duas medidas provisórias sobre o tema já foram editadas, mas perderam a validade por falta de consenso entre os parlamentares sobre o texto a ser aprovado. A proposta em votação ontem reúne pontos dessas duas MPs, de um projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e de um texto encaminhado pelo governo à Câmara no ano passado.

O novo marco legal foi aprovado pela Câmara dos Deputados em dezembro do ano passado. Atualmente, o saneamento é prestado majoritariamente por empresas públicas estaduais. O novo marco legal visa aumentar a concorrência.

A pandemia do novo coronavírus expôs as falhas no serviço de saneamento básico no Brasil. Medidas de higiene, como a lavagem das mãos, estão entre as formas mais importantes de prevenção à doença, mas grande parte da população encontra dificuldades para segui-las. Estudos mostram que há quase 35 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada e mais de 100 milhões sem coleta de esgoto. Além disso, menos da metade (46%) do esgoto gerado nos países é tratado.

O senador Tasso Jereissati



Sessão Deliberativa Remota (SDR) do Senado Federal foi realizada a partir da sala de controle da Secretaria de Tecnologia da Informação

diz que a situação do saneamento básico no país é de "precariedade" e que a aprovação do projeto para o setor é "urgente". "A atual crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19 torna ainda

MATÉRIA É DISCUTIDA DESDE 2018

Matéria vem sendo discutida no Congresso desde 2018. Duas MPs já foram editadas, mas perderam a validade por falta de consenso entre os parlamentares

mais urgentes as mudanças propostas, na medida em que evidenciou a vulnerabilidade das pessoas que não dispõem de acesso a água potável, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos", disse Tasso.

"Enquanto órgãos de saúde pública de referência no plano internacional e no Brasil recomendam que se lavem as mãos com frequência para evitar a contaminação com o coronavírus, temos 35 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada. Um grande e potencialmente letal paradoxo", emendou o senador.

Durante a sessão de on-

tem, a maioria dos senadores disse acreditar que a aprovação do novo marco legal do saneamento básico vai melhorar a realidade do país. Entretanto, vários senadores também se mostraram céticos com a efetividade da medida, principalmente em relação ao alcance das melhorias e à situação futura das empresas públicas de saneamento com a entrada da iniciativa privada.

O líder do Podemos, senador Alvaro Dias (PR), afirmou que o sistema de saneamento básico do Brasil "é medieval", o que faz com que milhões de brasileiros não tenham direito à saúde.

O líder do PSDB, senador Roberto Rocha (MA), acrescentou que saneamento básico é um tema que tem ligação direta com a questão da saúde pública.

Já o líder do PT, senador Rogério Carvalho (SE), não queria votar o projeto por entender que o novo marco legal precisava ser mais bem debatido pelos senadores. Entretanto, ele disse ser a favor de um novo marco regulatório para o saneamento, com participação da iniciativa privada.

O líder do Podemos, senador Alvaro Dias (PR), afirmou que o sistema de saneamento básico do Brasil "é medieval", o que faz com que milhões de brasileiros não tenham direito à saúde.

vado precisam acontecer simultaneamente. Mas a nossa avaliação é de que este debate deveria ocorrer um pouco mais para frente, no sistema normal de deliberação, tempo em que estaríamos no pós-pandemia, quando se apresentaria o cenário claro de que marco regulatório nós vamos precisar para garantir que vamos ter a universalização do saneamento básico", disse.

Também contrário à aprovação do PL, o líder do PDT, senador Weverton (MA), disse reconhecer que o tema é urgente, mas deveria ser discutido com mais profundidade nas comissões.

Ibotirama inicia na região testagem em massa da Covid-19

DA REDAÇÃO

O município de Ibotirama, a 650 km da capital, referência de saúde na microrregião, ganhou destaque por implementar as ações de enfrentamento ao coronavírus logo no início da pandemia, antecipando medidas de isolamento social, fechamento de escolas e do Terminal Rodoviário, além do rodízio das atividades comerciais. Foi também um dos primeiros a estabelecer auxílio financeiro próprio para comerciantes informais, medidas que refletiram positivamente, uma vez que Ibotirama se manteve com apenas um caso positivo por mais de 60 dias.

Barreiras sanitárias foram instaladas em todas as saídas da cidade desde março e as mantêm 24h por dia. A prefeitura também suspendeu a cobrança de tributos municipais, tendo em vista a dificuldade enfrentada pelo comércio nos vários dias fechados.

Aumento de casos

Os gráficos apontam acentuado crescimento no número de casos positivos nos últimos dez dias. Até a manhã de terça-feira as autoridades sanitárias registraram 49 casos positivos, com 329 em monitoramento. De acordo com o prefeito Terence Lessa, essa atual disparada nos números tem justificativas plausíveis.

"Apesar de todos os esforços, algumas pessoas insistem em não atender a apelos e orientações feitos pelos veículos de comunicação. Falta um pouco mais de comprometimento e res-

ponsabilidade, principalmente entre os jovens, por isso tivemos que endurecer as regras e publicamos novos decretos de acordo com as atualizações do perfil epidemiológico", diz o prefeito, que, no último final de semana, iniciou uma ação de controle e monitoramento. "Estamos realizando a testagem em massa em todos os bairros e comunidades

CIDADE INTERLIGA DUAS RODOVIAS

A cidade interliga a BR-242 e a BA-160, duas importantes rodovias por onde circulam mercadorias e pessoas, movimentando a economia e o turismo

rurais do município". A população conta com atendimento telefônico para a triagem dos casos suspeitos, que são encaminhados para a realização do teste rápido.

Outro destaque foi à implantação de um Centro de Referência Microrregional, com uma equipe especializada no atendimento de pessoas com sintomas leves e moderados da Covid-19. O centro possui 4 respiradores e funciona em um local específico, no Hospital Regional Velho Chico, polarizando oito municípios da microrregião que, somados, totalizam mais de 200 mil habitantes. A unidade ganhou ala isolada com 15 leitos exclusivos para pacientes infectados pelo Coronavírus.

"Tudo isso só terá resultado se as pessoas derem a sua parcela de contribuição", diz.



Barreiras sanitárias foram instaladas desde março

Senador defende registro de raça do paciente em notificações

Edilson Rodrigues/ Agência Senado/ 07.02.2020



Paulo Paim (PT) defendeu em pronunciamto votação de projeto de sua autoria

AGÊNCIA SENADO

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu, em pronunciamto ontem, a votação de projeto de sua autoria que obriga órgãos e instituições públicas e privadas de saúde a registrar, nos formulários de notificação dos casos de covid-19, informações relativas à raça, deficiência, gênero e localização da pessoa infectada.

Segundo ele, o PL 2.179/2020, apresentado há dois meses e elaborado em parceria com o movimento negro e a Defensoria Pública da União, está pronto para ser votado pelo Plenário.

Se a proposta for aprovada e sancionada, continuou

Paim, o país terá informações reais sobre a covid-19 e poderá mensurar o impacto e o alcance da doença nos mais diversos grupos da sociedade brasileira, para formular políticas públicas adequadas.

"A ONU alerta que o impacto da doença é despro-

Projeto foi elaborado em parceria com o movimento negro e Defensoria

porcional sobre as maiorias raciais e étnicas. Não são minorias, são maiorias, mesmo. Há outro enorme problema: a subnotificação. Se o país não tiver dados verdadeiros e confiáveis, não haverá eficiência no combate à doença. A subnotificação deixa invisível essa população de negros e pobres que vivem nas periferias, comunidades carentes, favelas", disse.

Dados do IBGE mostram que pretos e pardos representam 57% dos mortos pela covid-19. Para Paim, a incidência maior da doença entre os negros é consequência da desigualdade, do desemprego, da falta de renda, da pobreza, da miséria e da moradia precária, sem tratamento sanitário.